

■ Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política

Mauro Sá Rego Costa e Wallace Hermann Jr.

A mídia, em geral, é o eixo do sistema de controle em que vivemos. A outra face da guerra: os sistemas de informação. Toda mídia é originariamente arma de guerra. Um transmissor e receptor de rádio móvel, até uns dez anos atrás, só os Exércitos contavam com isso. Seu uso principal era a possibilidade de preparar ataques ou defesas, com tropas em movimento. Hoje, você compra um em qualquer esquina.

27 de janeiro de 2001, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Wallace me liga, no celular, da Rádio Bicuda FM, uma comunitária da Vila da Penha, Rio. "Não quer dar uma entrevista sobre o que você está vendo por aí?". Peço que me retorne nuns vinte minutos, para me dar tempo de respirar e pensar o que devo dizer. Não sou repórter. O programa no ar, direto. Dou a entrevista e me toco com a potência que temos nas mãos como meios de contra-comunicação, ou contra-informação. Celulares e rádios comunitárias. Com esses meios, qualquer cidadão, de qualquer tendência, formação, extrato de classe, pode ocupar este espaço do "formador de opinião", que está concentrado em muito poucas vozes (e interesses) com abrangência nacional (ou global).

A maior parte do tempo, no FSM, passei conversando com a turma das rádios comunitárias de vários cantos do mundo. Soube da Radio Pacifica, uma rede de comunitárias americanas, de Nova York, Washington, Houston, Los Angeles e San Francisco, e mais 60 afiliadas.¹ Conheci Mario Murillo, um

¹ KPFA (94,1), KPFK (90,7), KPFT (90,1), WBAI (99,5) e WPFW(89,3) em Berkeley, Los Angeles, Houston, New York e Washington, respectivamente.

colombiano que coordena o *OurAmericas*, programa sobre a América Latina na Radio Pacifica, com audiência estimada em 10 milhões - um terço da população de "hispanicos" nos EUA - e por isso sofrendo um bombardeio das corporações. Como são feitos os programas? Como a Bicuda acabara de me entrevistar. Pelo telefone, com correspondentes, não obrigatoriamente jornalistas, em todas as grandes cidades latino-americanas. Sem uma linha das agências de notícias. Nem AP, nem UPI, ou CBS. (Sabem o que isso significa? É possível entender, então, porque a regulamentação das rádios comunitárias no Brasil proíbe a formação de redes.) Conheci Sandra Bermudez, da Juventud FM, em San José de Guaviare, na Colômbia, na beira da zona de guerra - falando sobre o trabalho importante da rádio para tirar os jovens locais da tentação do narcotráfico. E Silvia Fernandez, da Radio Villa Francia, uma favela, de Santiago do Chile. Eu e Silvia entrevistamos Sandra Bermudez, para a Radio Villa Francia e a Radio Kaxinawá, em Duque de Caxias (ainda em formação). Soubemos de David Barsabayan, um engenheiro de telecomunicações, responsável pelo amplo conhecimento e receptividade popular do trabalho de Noam Chomsky nos EUA. Barsabayan conseguiu ligar um satélite de comunicação desativado - esses lixos espaciais que ficam girando eternamente em volta da Terra - e através do satélite-lixo, transmite todas as conferências de Chomsky, de qualquer lugar, universidades, bares, associações de moradores. Qualquer rádio comunitária (ou não) do país inteiro, tem acesso a essas transmissões "piratas".

As primeiras rádios livres na América Latina foram rádios sindicais e revolucionárias. Na Bolívia, no começo dos anos 50, surgiram as rádios dos trabalhadores das minas. Quem conta a história é Jorge Mancilla Romero, que esteve ligado à *Rádio Vanguardia* no centro mineiro de Colquiri: *"O complexo das emissoras mineiras nasce como uma necessidade da base, logo depois do triunfo da revolução nacional de 9 de abril de 1952 (...). as rádios Sucre e Bolivar (...) aparecem em 1952 e já em 53 saem do ar (...) depois surge a Voz do Mineiro, da mina Siglo XX, na época imediatamente posterior ao triunfo de abril, em que se deu a nacionalização das minas. (...) Em Catavi, surge a Rádio 21 de Dezembro, em homenagem aos mineiros mortos no massacre de 21 de dezembro de 1942. Imediatamente depois, surge a Rádio Nacional de Huanuni (...) isso provoca uma febre de emissoras sindicais que se espalha*

especialmente nos setores mineiros (...) Em 1963, havia 23 emissoras funcionando em todo o país".²

Em fevereiro de 1958, os guerrilheiros cubanos faziam a primeira transmissão da Rádio Rebelde, idéia de Che Guevara, do território liberado de Sierra Maestra. Entre 58 e 59, transmitiam todas as tardes até o fim da luta contra a ditadura de Batista, a partir do quartel-general da Plata. A rádio teve papel estratégico na luta revolucionária pois era o elo de ligação entre o quartel-general da Plata e as várias frentes guerrilheiras. Era "*constituída por vários transmissores que avançavam na direção de Havana. Em cada território tomado, um novo transmissor era montado, sempre em conexão com o quartel-general*"³. Essa tática seria retomada pelas Rádios Sandino da Nicarágua e Venceremos de El Salvador. Sobre as rádios revolucionárias Venceremos e Farabundo Martí de El Salvador, nos diz Denise Maria Cogo:

Ligada às Forças Populares de Libertação (FLP) (...) a Rádio Farabundo Martí surge em janeiro de 1982, passando a ter mobilidade constante dentro das zonas de controle revolucionário, a partir da constituição de uma rede de correspondentes de guerra e de unidades móveis de informação. Voltada exclusivamente para as informações referentes à guerra, a programação é transmitida diariamente das 12h30min às 19h. (...) Os problemas enfrentados pela emissora são semelhantes aos da rádio Venceremos e estão ligados à manutenção dos equipamentos, interferências e rastreamento por parte do inimigo. As dificuldades vão sendo superadas pela própria população (...) que tratou de criar círculos de escuta voltados para a formação política e núcleos de pessoas em torno da emissora. (...).⁴

Mas o nosso movimento de rádios livres não é herdeiro dessas rádios revolucionárias latino-americanas. Até que tentamos, mas nunca chegamos a organizar grandes movimentos revolucionários ocupando territórios, e tendo o rádio como instrumento de luta. Nossa inspiração mais próxima foi a dos movimentos de rádios livres, ligadas aos movimentos sociais, na Itália e na França,

² MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. Rádios Livres a reforma agrária no ar. São Paulo, Brasiliense, 1986, 102.

³ Idem, p.97

⁴ COGO, Denise Maria. No ar... uma rádio comunitária. Edições Paulinas, 1998, p.84.

dos anos 70 até os 80. Trata-se de um outro momento, ou do início de um outro devir. E é fundamental que possamos distinguir e caracterizar com clareza essa ruptura de continuidade. Esse processo que se inicia, podemos dizer, a partir dos movimentos de 68, dá o *start* para um outro modo de fazer política, quando o anterior ainda não terminou. A história começa a andar, então, em duas (para simplificar) camadas simultâneas. E essa duplicidade, cuja leitura ainda é bastante pouco clara, pode ser vista na base, tanto dos sucessos (efêmeros) dos movimentos de rádios livres, quanto da limitação da compreensão do que se estava fazendo, e que levou aos equívocos na negociação da institucionalização das rádios de pequena potência. É impressionante como o cenário se repete, em suas falhas, na institucionalização dessas rádios na Itália em 1976, na França em 1983, e no Brasil em 1998.

Os movimentos, que estamos caracterizando como herdeiros de 68, tem como traço principal a pluralidade, a diversidade de direções, objetivos, modos de organização. Na Itália, integram estudantes, artistas e teóricos universitários, a novas linhas radicais do movimento operário, que se desligam das correias do movimento sindical concentrado pela CGT, e do PCI. Na França, em Paris, por exemplo, são tantas as rádios que começam a se misturar no *dial*, numa cacofonia delirante: rádios anarquistas, trotskystas, gays, anarco-lésbicas, ecologistas, orientalistas, o que você puder imaginar. O que é mais explícito, mais claro, nessa produtividade transbordante de discursos e propostas irradiadas, é a alegria, a experiência de um novo mundo de liberdade, de formas de associação, de agenciamentos sociais e de pensamento, inaugurais. Esse clima ainda pode ser ouvido nos *sites* que guardam a memória da Radio Alice de Bolonha (1976-77), uma das experiências mais ricas (<http://www.radioalice.org> e <http://www.radiocittadelcapo.it/alice.html>) Aparece, igualmente, nos roteiros de programas da Rádio Xilik (1985), de estudantes da PUC de São Paulo, que misturam as falas italianas da Alice, a música (ainda) liberadora dos tropicalistas, e do Plastic People - banda de rock tcheca libertária presa pelos soviéticos depois da "primavera de Praga".⁵

Todas essas rádios foram ilegais. E pouco a pouco, na França e na Itália, como depois, no Brasil, começam a se organizar movimentos que reivindicam

⁵ MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo, 1986, op. cit., 50-53.

mudanças na legislação de telecomunicações, mudanças que definam meios específicos para a legalização destas práticas de comunicação. Aí, voltamos a questão da duplicidade dos planos da vida política, cuja pouca legibilidade tornará esse novo passo, em todos os casos, a queda numa armadilha. A duplicidade tem uma forma geral bastante simples: no primeiro plano temos um novo estilo de agenciamento político, com o que eu chamei de pluralidade, diversidade de direções, objetivos, modos de organização - tudo está sendo inventado e fala a língua nova de sua invenção -; do outro lado há o sistema, o aparelho político organizado e escritor de leis, com seus partidos, sindicatos, suas burocracias, seu discurso jurídico especializado. Como fazer falar esse mundo novo diverso e plural, na língua organizada de um outro mundo, que o primeiro percebe como moribunda, mas que ainda é a que escreve as leis e tem a polícia e as verbas dos impostos a seu favor?

Machado, Magri e Masagão contam o que se passou:

"O destino das rádios livres européias foi selado com a sua legalização. Elas que haviam sabido resistir a todas as modalidades de repressão não estavam preparadas para enfrentar a arma mais traiçoeira: a institucionalização. As duas formas de legalização adotadas na Europa lhes foram igualmente nocivas. A legalização de tipo empresarial (...) italiana, dando ênfase à competência técnica e econômica, com abertura ao suporte publicitário, esmagou as rádios verdadeiramente alternativas, pois os seus modestos transmissores não puderam enfrentar a hegemonia do grande capital. E a legalização de tipo burocrático, (...) francesa, dando ênfase à representatividade político-partidária, ao poder local e aos organismos corporativos e sindicais, acabou dissolvendo as emissoras não vinculadas aos aparelhos convencionais de representação e que não por acaso eram as mais criativas e as mais conseqüentes do movimento. (...) os movimentos da juventude e dos trabalhadores - o principal alimento de que elas se nutriam - entraram em refluxo. As rádios livres não poderiam sozinhas transformar em barulho o silêncio da maioria. (...) Enquadrada a rebeldia, institucionalizada a liberdade, policiada a desobediência civil, o movimento das rádios livres apenas acompanhou o refluxo geral da sociedade européia. (...)"⁶

E, sobre esse mesmo ponto, não podemos deixar de ouvir Felix Guattari, que foi um teórico e militante entusiasmado das rádios nos dois países. Ele nos dá sua versão pessoal do que aconteceu na França:

⁶ MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo, 1986, op.cit., 77-78.

O movimento das rádios livres na França sofreu efeitos das intervenções do poder de Estado, a partir do momento em que ele parou de reprimi-lo. O Estado socialista na França disse: "muito bem, agora vocês vão fazer rádio livre numa boa, só que todas as rádios livres vão se submeter a um estatuto. Vamos subvencioná-las, mas para isso é preciso que elas tenham um mínimo de audiência, de qualidade e de utilidade social". Com isso, noventa por cento das rádios livres francesas, caindo na tentação, se precipitaram num funil, com exceção de algumas poucas rádios (vinte ou trinta em toda a França (...)). Essas disseram: "o que estamos a fim não é de fazer grandes rádios livres, mas de fazer nossas rádios livres. O que estamos a fim não é de difundir em meios sofisticados, nem de ampliar nosso alcance, mas simplesmente de que parem de encher nosso saco em nossa frequência de onda. Também não estamos preocupados nem com reconhecimento nem com eventuais julgamentos de valor; estamos pouco ligando para o índice de audiência, pois quem quiser que nos escute; se não, basta virar o botão. Queremos ser os únicos a garantir aquilo que nos agrada, aquilo que é a nossa produção, sem nos referirmos aos novos tipos de julgamento da mídia que instauraram há mais ou menos um ano". Aí, a reação a essa atitude consiste em dizer coisas do tipo: "esse pessoal da rádio livre tá pirado". É preciso compreender bem o seguinte: quando nós, que nos recusamos a nos submeter a esses parâmetros, dizemos que não queremos fazer rádios profissionais, isso não significa que queremos ser amadores ou produzir coisas medíocres, mas apenas que não queremos nos tornar profissionais da nossa prática - o que não impede que estejamos a fim de nos consagrar inteiramente a isso.⁷

Sobre a história das nossas rádios livres, fala Claudia Abreu, (jornalista, foi coordenadora do Coletivo de Rádios Livres do Rio de Janeiro).

A primeira rádio livre brasileira que se tem notícia foi montada no Espírito Santo em 1970. Na época, o radioamante só não foi preso porque era menor de idade. Mesmo assim seu pai teve que dar explicações para a Polícia Federal e provar que nem ele nem o filho tinham ligações com o movimento comunista.

Mas a idéia e a técnica só se espalharam no início da década de 80 (...). Em Sorocaba, interior de São Paulo, considerada a capital das rádios clandestinas, quase 50 rádios funcionavam entre 1982 e 1983. Foi nessa época que surgiu a primeira organização de rádios livres, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (CRCS), que tentou - em vão - organizar as

⁷ In ROLNIK, Suely e GUATTARI, Felix. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Vozes, Petrópolis, 1986, 115.

emissoras para que não transmitissem umas sobre as outras ou mesmo interferissem nas FMs comerciais. (...) O fechamento de algumas emissoras e a ameaça de fechamento de todas foi suficiente para calar as vozes livres de Sorocaba e amedrontar muitas emissoras que funcionavam na capital. Em quase todo o país existiam emissoras "livres", mas a grande concentração delas ficava, sem dúvida, em São Paulo, até por conta da famosa padroeira das rádios livres, Santa Efigênia (rua de São Paulo, onde se encontram, e mais baratas que em outros estados, todas as peças necessárias para a montagem de um transmissor). A primeira tentativa de juntar emissoras de vários estados foi em 1986, no Rio de Janeiro, num evento festivo realizado no Circo Voador. Formaram-se duas entidades: a ABOLA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a CORA-LIBRA, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil.⁸

Claudia continua relatando que, nos anos seguintes, houve uma diminuição no número de emissoras, até que o movimento é retomado, em 1989, com o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo. Organizado pela UNE - União Nacional dos Estudantes -, o encontro contou com representantes de dez estados e aprovou a criação de um coletivo nacional, que buscava o apoio da sociedade civil para defender a democratização da comunicação. O II Encontro, em Goiânia, no ano seguinte, teve representantes estrangeiros como Daladaer, da *Rádio Venceremos*, de El Salvador, e Rafael Arrastia, do movimento argentino.

Em 1990, começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação, a exemplo do comitê que havia sido criado no Rio de Janeiro, em março. Foi em 90, também, que surgiu a primeira e mais persistente rádio comunitária da Baixada Fluminense, a *Novos Rumos*, em Queimados, no quintal da casa de Tião Santos. Está no ar até hoje.

Em 1991, foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Foi somente em 1993, no entanto, que o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

⁸ Claudia de Abreu. Tribuna da Imprensa, Segundo Caderno, 25/nov./1995, p.1.

Com muitos avanços e recuos o movimento consegue finalmente, em fevereiro de 1998, através da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, do Congresso, levar ao plenário e aprovar a lei que regulamenta as rádios comunitárias. Da proposta de projeto de lei do movimento só se conseguiu aprovar 10% dos itens definidos. No período da tramitação da lei, 70% dos parlamentares membros da comissão no congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão. Conseguiu-se, finalmente, aprovar um instrumento legal que regulamentou a radiodifusão comunitária. Será que isto foi um ganho real?

Até a aprovação da lei, as rádios livres e comunitárias estavam numa situação definida pelos juristas como "alegal". Exerciam um direito garantido pela Constituição em seu artigo 5º (inciso 9º) - "é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" - mas que não tinham uma regulamentação específica. O espaço de negociação, em função deste artigo era bem amplo, bem mais amplo do que o que foi aproveitado pela nova lei.

O texto aprovado é muito restritivo e contém uma série de entraves à criação e sustentação das emissoras comunitárias. A lei limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio (é o mesmo que legalizar um alto falante); dispõe uma única frequência nacional para as milhares de rádios já existentes (isto na prática foi modificado por ser tecnicamente inviável e a Anatel designou mais duas ou três frequências para alguns municípios, mas não resolve); proíbe publicidade, impedindo a captação de recursos no comércio local para a sustentação da emissora; proíbe a formação de rede entre as rádios, salvo em caso de calamidade pública; não garante proteção às rádios comunitárias de interferências de outras rádios comerciais e serviços de telecomunicação; e finalmente a concessão é aprovada por três anos, com apenas uma renovação por mais três anos. Como os andróides de *Blade Runner*, as rádios nascem com sua morte anunciada.

Enfim, as barreiras da legislação, aliadas ao corpo mole do Ministério das Comunicações e da Anatel em avaliar e dar andamento aos pedidos de concessão (há mais de 12 mil pedidos encaminhados), mantêm as comunitárias na clandestinidade, embora de clandestinas não tenham nada. São conhecidas

em suas comunidades, todos sabem onde ficam, muitas constituem verdadeiros centros culturais populares. Participam delas moradores de todas as idades, principalmente jovens para os quais as rádios são uma alternativa à ociosidade e à falta de espaços culturais, características das comunidades periféricas, onde mais "florescem" rádios comunitárias.

No momento, temos cerca de 15 mil rádios espalhadas por todo o país, das quais, aproximadamente a metade pertence às igrejas evangélicas, um quinto está nas mãos de políticos de vários escalões, principalmente, vereadores ("política local"); outros milhares pertencem a grupos com interesses comerciais; e um número minoritário tem verdadeira gestão participativa comunitária. O mais importante, talvez, nisto tudo: quase todas continuam operando sem concessão. A cada dia surgem novas e outras desaparecem.

Mas esta experiência de comunicação, à margem da lei, com finalidades diversas, e, independente de seu "patrocínio" principal, envolvendo populações locais, coloca-nos diante de uma realidade nova. O interesse provocado pelo nascimento de uma rádio local nas comunidades é sempre notável. Há entusiasmo na participação dos jovens: formam-se comunicadores espontâneos, fora dos parâmetros consagrados. É interessante comparar este movimento, do ponto de vista social, por exemplo, ao da expansão do movimento hip hop na periferia das cidades médias e grandes em todo o país. Em São Paulo, aliás, os dois caminham juntos: o hip hop político, acidamente crítico do Sistema Dominante, é tocado nas comunitárias, e por opção, não chega às rádios comerciais.

Aquela duplicidade do fazer político de que falamos, e onde afundaram os movimentos italiano e francês, ganha, no nosso caso, uma figura difícil de descrever ou delimitar. Lidamos com infinitos modos e variedades. O que vai resultar desse movimento? Impossível imaginar. Podemos falar de singularidades. Há uma aproximação recente de algumas comunitárias com grupos universitários renovadores, alimentando os dois lados. Assim, nossa experiência em Vila São Luís, Duque de Caxias, da Rádio Kaxinawá, que associa um grupo de pesquisa de rádio da Universidade (UERJ) - pesquisa a arte das narrativas sonoras -, com a Associação de Moradores de Vila São Luís, igrejas, um centro espírita, uma colônia de pesca, os jovens do PCdoB da Baixada (UJS) e do movimento hip hop - a rádio ainda está em fase experimental. Em Londrina,

Paraná, na Rádio Universidade FM, da UEL (Universidade Estadual de Londrina), a pesquisadora Janete el Haouli, atual diretora da rádio, e que presta assessoria a rádios comunitárias locais, convida um rapper, KSK, para fazer um programa de hip hop. A rádio universitária é conhecida por sua programação sofisticada - talvez, a única no Brasil a transmitir regularmente a música contemporânea erudita, de vanguarda - abre-se à música da periferia. Mais ainda, KSK resolve transmitir diretamente de dentro da Penitenciária Estadual de Londrina, apresentando rappers que cumprem pena e mensagens dos presos para suas famílias. A rádio universitária passa a ser a mais ouvida na periferia da cidade nesses horários. Janete confessa que sua ousadia - e a decisão de enfrentar as tentativas de censura da própria universidade - nasceram da convivência com os comunicadores das rádios comunitárias que a procuram.⁹ Outra experiência singular, no Rio de Janeiro é a da *radiovivafavela*, coordenada por Tião Santos (*Novos Rumos* e *ex-ABRAÇO* - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária). Além de rádio comunitária, a *radiovivafavela* é um site que abriga outras rádios comunitárias, permitindo uma circulação livre de programação entre elas. O site é o resultado de um acordo da ONG *VivaRio* - onde está sediada - com a Embratel, para utilização experimental de tecnologia StarOne de transmissão da Internet via satélite, por ondas de rádio. Permitirá que, inicialmente, dez rádios de favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro e de Niterói e São Gonçalo, possam transmitir e receber rádio via Internet.¹⁰ Nossa rádio universitária-comunitária de Vila São Luís já está na fila para entrar no site. Você já pode ouvir lá, de qualquer canto do mundo, a Bicuda Ecológica, a Radio Bolsa Nova, a Rádio Cascata, a Fala Mulher, a Novos Rumos, a Viva Favela e a NB FM.

A mistura entre os planos institucional-governamental e o periférico "ilegal" no circuito das rádios comunitárias é outra via, outro plano. Daria material para uma tese curiosa sobre nossa ordem política e legal. Algumas clandestinas ainda são perseguidas, volta e meia, por não agradarem a determinada força política local. Mas um número enorme - das clandestinas - recebe apoio

⁹ Aos interessados, é possível ouvir a Universidade FM pela internet, em www.uel.br/radio/radiouel.htm.

¹⁰ Aos interessados, <http://www.vivafavela.com.br/radio/>

público, através do Ministério da Saúde, por exemplo, para produção de programação local sobre DST e AIDS; ou, como há dois anos, em vários estados do NE, para atuar junto a projetos de recuperação em educação fundamental, patrocinados pelo Ministério da Educação. Verificando com muito cuidado e atenção aos critérios propostos, esses caminhos tanto abrem espaço para um bom trabalho usando um espaço "integrado", quanto para um tranqüilo e canalha usufruto de benesses senhoriais. Depende da dignidade do cidadão. Há de tudo nesse jogo.

■.....Mauro Sá Rego Costa é professor da UERJ.

■.....Wallace Hermann Jr. é animador de rádios comunitárias.